



REGULAMENTO DE DISPUTE BOARDS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Comitê de Prevenção e Solução de Disputas da Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana – CAMACAN LATAM, é constituído por especialistas para auxiliar as partes de um contrato a resolver controvérsia oriunda de sua execução.

Art. 2º O Comitê não é um tribunal arbitral e seu provimento final não produz os efeitos de sentença proferida em processos judiciais ou arbitrais.

Art. 3º A submissão de controvérsia ao Comitê, que atuará segundo as normas deste regulamento, será contratada pelas partes por escrito. Quando escolhido, este Regulamento passa a ser parte integrante do contrato e a submissão de eventual controvérsia ao Comitê será obrigatória.

CAPÍTULO II - MODALIDADES DE COMITÊ

Art. 4º Há duas modalidades de Comitê:

- I. Comitê de Recomendação
- II. Comitê de Decisão. Na ausência de escolha expressa pelas partes o Comitê será de Decisão.

Art. 5º O Comitê de Recomendação emite recomendação às partes visando dirimir controvérsia que lhe foi submetida. O cumprimento da recomendação é vinculante para as partes, salvo se formalmente rejeitada.

§1º A parte que desejar rejeitar uma Recomendação deverá notificar o Comitê e as demais partes, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da Recomendação, fundamentando a rejeição (“Notificação de Rejeição”), bem como sua decisão de submeter a controvérsia à Arbitragem ou ao Judiciário, conforme o que determinar o contrato. Neste caso, o cumprimento da Recomendação ficará suspenso.

§2º A parte notificante deverá iniciar o procedimento arbitral ou judicial no prazo de 30 (trinta) dias contados da submissão da Notificação de Rejeição. Caso não o faça, cessará a suspensão prevista §1º deste artigo, tornando-se a Recomendação vinculante e de cumprimento imediato.

§3º O descumprimento de uma Recomendação vinculante acarretará os efeitos contratuais e legais pertinentes.

Art. 6º O Comitê de Decisão profere decisão para dirimir controvérsia que lhe foi submetida. A Decisão é vinculante e de cumprimento imediato.

§1º A Decisão pode ser impugnada pelas partes, por meio de notificação ao Comitê e às demais partes, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da Decisão, fundamentando a impugnação (“Notificação de Insatisfação”).

§2º Qualquer das partes poderá submeter a controvérsia à arbitragem ou ao Poder Judiciário, conforme o caso. Contudo, a Decisão permanecerá obrigatória e deverá ser cumprida até decisão contrária do tribunal arbitral ou do Poder Judiciário

§3º O descumprimento de uma Decisão acarretará os efeitos contratuais e legais pertinentes.

Art. 7º Há dois tipos de Comitê, permanente ou ad hoc. Na ausência de escolha expressa pelas partes o Comitê será permanente.

Art. 8º As partes podem a qualquer momento acordar a extinção do Comitê, desde que o façam em conjunto e de forma expressa.

§1º O requerimento para instalação do Comitê Permanente, salvo acordo específico das partes, deverá ser apresentado em até 60 (sessenta) dias após a data de celebração do contrato, independentemente da existência de controvérsia.

§2º O Comitê Permanente extinguir-se-á após resolução de todas as controvérsias a ele submetidas e finda a execução de todas as obrigações contratuais (com a ressalva de prazos de garantias, obrigações de confidencialidade e outras semelhantes).

Art. 9º O requerimento para instalação de Comitê ad hoc deverá ser apresentado por qualquer das partes para tratar de controvérsias específicas. O Comitê ad hoc será extinto após a emissão de seu Provimento Final e eventual resposta a pedido de esclarecimentos.

Parágrafo único. Salvo disposição contrária das partes, os Membros do Comitê ad hoc serão automaticamente reconduzidos para a solução de eventual nova controvérsia.

CAPÍTULO III – DA INSTALAÇÃO

Art. 10 Poderá ser membro do Comitê qualquer pessoa maior de 21 (vinte e um) anos, que seja independente e imparcial.

§1º Quando de sua indicação, o Membro do Comitê informará por escrito às partes e aos demais Membros do Comitê de quaisquer fatos ou circunstâncias que possam suscitar dúvidas justificadas quanto à sua independência e imparcialidade.

§2º Se, durante o exercício de suas funções, advierem fatos ou circunstâncias que suscitem dúvidas sobre sua independência e imparcialidade, o Membro do Comitê

deverá informar imediatamente tais fatos e circunstâncias em comunicação escrita dirigida às partes e aos demais Membros do Comitê.

§3º Qualquer das partes poderá impugnar um Membro do Comitê com base em alegada falta de independência ou imparcialidade, desde que o faça, dentro de 7 (sete) dias, a partir da indicação do Membro do Comitê ou do conhecimento dos referidos fatos ou circunstâncias geradoras do impedimento ou suspeição, por meio de requerimento devidamente fundamentado, endereçado ao Presidente da CAMACAN LATAM, que decidirá definitivamente a questão.

§4º Os Membros do Comitê não poderão atuar em procedimentos judiciais, arbitrais ou similares relacionados a controvérsia submetida ao Comitê, seja na qualidade de árbitro, perito, assistente técnico, representante legal de parte ou consultor, salvo acordo em contrário das partes ou em decorrência de determinação legal.

Art. 11 A parte interessada em constituir um Comitê deverá notificar a CAMACAN LATAM no prazo estabelecido no artigo 8, nos casos de Comitê Permanente, ou conforme previsto no artigo 9, nos casos de Comitê ad hoc.

Art. 12 Na falta de acordo sobre o número de Membros do Comitê, o Comitê será constituído por 3 (três) membros.

Parágrafo único. No Comitê composto de 3 (três) membros, cada parte indicará 1 (um) Membro do Comitê no prazo de 7 (sete) dias. Estes indicarão conjuntamente o Presidente do Comitê também no prazo de 7 (sete) dias. Na hipótese de ausência de indicação de qualquer Membro do Comitê, a respectiva nomeação ficará a cargo do Presidente da CAMACAN LATAM.

Art. 13 O Presidente do Comitê deverá ter formação jurídica e, preferencialmente, experiência na condução de métodos autocompositivos de solução de conflitos.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento de suas atribuições, o Presidente da CAMACAN LATAM poderá efetuar a substituição do Membro do Comitê.

Art. 14 Quando um Membro do Comitê for substituído, a nomeação do substituto observará as mesmas regras de sua nomeação. Quando o Comitê for composto de 3 (três) ou mais membros e 1 (um) deles for substituído, os demais permanecerão no exercício de suas funções, sendo válidos todos os atos realizados antes da substituição.

Parágrafo único. Salvo manifestação expressa em contrário das partes, audiências e a emissão de Recomendações e Decisões serão adiadas até a substituição do Membro do Comitê.

Art. 15 As partes, os Membros do Comitê e o representante da Secretaria da CAMACAN LATAM, em conjunto, firmarão o Termo do Comitê de Prevenção e Solução de Disputas, com o que o Comitê se considera instalado.

Parágrafo único. Caso o contrato estabeleça número diferente de Membros do Comitê ou no caso de dificuldades, de qualquer natureza, para a instalação de um Comitê, incumbirá ao Presidente da CAMACAN LATAM, a pedido de qualquer das partes e, se possível, ouvindo previamente a outra parte, decidir o quanto necessário para a sua devida instalação.

CAPÍTULO IV – DO FUNCIONAMENTO

Art. 15 O Comitê e as partes, quando da assinatura do Termo do Comitê de Prevenção e Solução de Disputas, definirão a forma pela qual o Comitê acompanhará a execução do contrato, incluindo fornecimento de relatórios periódicos, visitas técnicas ao local da execução, reuniões com as partes e outras formas julgadas apropriadas. Em caso de omissão, o Comitê as definirá e submeterá à apreciação das partes. Essas regras poderão ser modificadas no curso do contrato, por consenso entre as partes e concordância do Comitê, para atender a evolução de sua execução. O Comitê poderá, justificadamente, realizar visitas extraordinárias ao local da execução, solicitar documentos ou designar reuniões extraordinárias. Por recomendação do Comitê, a Secretaria da CAMACAN LATAM poderá elaborar atas das visitas ao local da execução e reuniões realizadas pelo Comitê e com as partes.

§1º A Secretaria da CAMACAN LATAM fornecerá local ou ambiente virtual de acesso comum às partes e ao Comitê (“Ambiente Virtual”).

§2º Todas as Informações e Documentos estabelecidos pelas partes e pelo Comitê serão postados pelas partes no Ambiente Virtual, nos prazos e formatos previstos no Artigo 15 deste Regulamento.

§3º No prazo mínimo de 10 (dez) dias que antecedem a cada Reunião Ordinária, ou de 48 (quarenta e oito) horas que antecederem a cada Reunião Extraordinária, as partes informarão à Secretaria do CAMACAN LATAM, por e-mail, os itens a serem incluídos na pauta e encaminharão eventuais documentos relacionados aos temas. A Secretaria da CAMACAN LATAM, imediatamente após o encerramento do prazo, redigirá a Pauta da Reunião e a postará no Ambiente Virtual, assim como os eventuais documentos recebidos, comunicando às partes e ao Comitê.

Art. 16 O Comitê e as partes manterão Reuniões Ordinárias, em intervalos de cerca de 60 (sessenta) dias, mediante calendário a ser definido anualmente.

§1º As partes informarão o Comitê sobre todos os assuntos em andamento na execução do contrato e lhe submeterão todos os temas objeto de dissenso que tenham sido incluídos na Pauta.

§2º O Comitê auxiliará as partes para que encontrem solução para cada tema em debate.

§3º Os temas resolvidos durante a Reunião serão registrados em Ata.

§4º As partes poderão suspender a discussão de itens da Pauta, caso entendam ser possível solucioná-los amigavelmente após a Reunião, fazendo-se constar da

Ata essa suspensão. Na Reunião seguinte, as partes informarão o Comitê sobre a resolução ou o andamento do tema, cuja discussão foi suspensa.

Art. 17 Caso as partes não resolvam o impasse durante a Reunião nem suspendam a sua discussão, o Comitê designará prazo para a parte Requerente apresentar sua Submissão de Disputa e eventuais documentos, bem como concederá prazo à parte Requerida para apresentar Resposta e eventuais documentos.

Art. 18 Para a formação de seu livre convencimento, o Comitê poderá, a seu critério ou a requerimento das partes, solicitar documentos complementares, realizar diligências e determinar a realização de prova técnica, oitiva de representantes das partes e/ou testemunhas e demais providências que entenda cabíveis.

Art. 19 Se, no período entre duas Reuniões Ordinárias, surgir impasse cuja solução, no entendimento de qualquer das partes, não possa aguardar a próxima Reunião Ordinária, a parte interessada poderá solicitar ao Comitê, mediante mensagem eletrônica com cópia à outra parte e à Secretaria da CAMACAN LATAM, a realização de Reunião Extraordinária em prazo não excedente a 10 (dez) dias contados da solicitação.

Parágrafo único. A preparação, realização e andamento da Reunião Extraordinária observará os trâmites das Reuniões Ordinárias (artigos 17 a 19 deste Regulamento).

Art. 20 Em caso de Comitê ad hoc, observar-se-ão as regras aplicáveis à Reunião Extraordinária, iniciando-se tão logo concluído o procedimento de sua instalação.

CAPÍTULO V – DOS PROVIMENTOS

Art. 21 As deliberações interlocutórias e os Provimentos Finais serão, na medida do possível, proferidos por unanimidade ou, na falta desta, por maioria de votos. Cada Membro do Comitê tem direito a 1 (um) voto. O Membro do Comitê que eventualmente discordar do Provimento Final explicitará por escrito as suas razões.

Art. 22 O Provimento Final deverá ser proferido no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do encerramento da instrução ou das diligências de que trata o artigo 4.11 deste Regulamento. Tal prazo poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a critério do Comitê, em vista da complexidade da controvérsia.

Art. 23 O Provimento Final deverá, de forma objetiva e concisa, conter:

- I. breve relatório da controvérsia;
- II. sumário do procedimento seguido pelo Comitê;
- III. os fundamentos em que se baseou o Comitê;
- IV. a Recomendação ou a Decisão, conforme o caso; e
- V. a data, local, e a assinatura de todos os Membros do Comitê.

Art. 24 Caso qualquer Membro do Comitê esteja impossibilitado ou recuse assinar o Provimento Final, caberá ao Presidente do Comitê certificar tal fato.

Art. 25 Qualquer parte poderá solicitar ao Comitê a correção de erro formal ou o esclarecimento sobre omissão, dúvida ou contradição de um Provimento Final, no prazo de 10 (dez) dias após o seu recebimento.

§1º A resposta do Comitê será proferida dentro de 10 (dez) dias, podendo, se entender oportuno, conceder prazo de 10 (dez) dias para a contraparte se manifestar.

§2º A partir da data de submissão do pedido de esclarecimento ficará automaticamente suspenso o prazo mencionado no artigo 2.4, que voltará a correr na data de recebimento pelas partes da manifestação do Comitê.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 Salvo acordo das partes, o Comitê terá poderes para deliberar sobre todos os assuntos relativos ao procedimento aplicável e tomar as medidas necessárias para o cumprimento de suas funções.

Art. 27 No exercício de suas funções, o Comitê atuará com independência, imparcialidade e assegurará às partes igualdade de tratamento e o contraditório.

Art. 28 As partes devem agir de boa fé e colaborar com o Comitê, atendendo suas solicitações para garantir a eficiência do procedimento.

Art. 29 As partes serão responsáveis pelos custos relativos ao procedimento, inclusive transporte, acomodação e todos os meios necessários para o Comitê exercer adequadamente suas funções, nos termos de tabela de custos específica a ser disponibilizada pela CAMACAN LATAM.

Art. 30 Salvo disposição contrária, o procedimento é confidencial, sendo assegurado o direito de sua utilização em procedimentos judiciais ou arbitrais relacionados às controvérsias submetidas ao Comitê.

Art. 31 Compete ao Presidente da CAMACAN LATAM aplicar e fazer aplicar as normas deste Regulamento, visando dirimir dúvidas e orientar a sua aplicação, inclusive quanto aos casos omissos

Art. 32 O CAMACAN LATAM e pessoas a ele vinculados, não são responsáveis por qualquer ato ou omissão relativos às atividades do Comitê.

Art. 33 Este Regulamento entra em vigor no ato de sua expedição, aplicando-se aos procedimentos de Prevenção e Solução de Disputas iniciados perante a CAMACAN LATAM a partir de 00 de mês de 2020.



DISPUTE BOARDS REGULATION

CHAPTER I - GENERAL PROVISIONS

Art. 1 The Committee for the Prevention and Resolution of Disputes of the Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana - CAMACAN LATAM, is constituted by specialists to assist the parties of a contract to resolve controversy arising from its execution.

Art. 2 The Committee is not an arbitral tribunal and its final provision does not produce the effects of a judgment rendered in judicial or arbitral proceedings.

Art. 3 The submission of controversy to the Committee, which will act according to the rules of this regulation, will be contracted by the parties in writing. When chosen, this Regulation becomes an integral part of the contract and the submission of any dispute to the Committee will be mandatory.

CHAPTER II - COMMITTEE MODE

Art. 4 There are two types of Committee:

I. Recommendation Committee

II. Decision Committee. In the absence of an express choice by the parties, the Committee will be a Decision.

Art. 5 The Recommendation Committee issues recommendations to the parties in order to settle a dispute submitted to it. Compliance with the recommendation is binding on the parties, unless formally rejected.

§1º The party that wishes to reject a Recommendation must notify the Committee and the other parties, in writing, within 15 (fifteen) days of receiving the Recommendation, justifying the rejection ("Rejection Notification"), as well as its decision to submit the dispute to Arbitration or to the Judiciary, as determined by the contract. In this case, compliance with the Recommendation will be suspended.

§2º The notifying party must initiate the arbitration or judicial proceeding within 30 (thirty) days from the submission of the Rejection Notice. If it does not, the suspension provided for in paragraph 1 of this article will cease, and the Recommendation will become binding and immediately enforceable.

§3º Failure to comply with a binding Recommendation will result in the relevant contractual and legal effects.

Art. 6 The Decision Committee issues a decision to settle a dispute submitted to it. The Decision is binding and immediately enforceable.

§1° The Decision can be challenged by the parties, by means of notification to the Committee and the other parties, in writing, within 15 (fifteen) days from the receipt of the Decision, justifying the challenge (“Notification of Dissatisfaction”).

§2° Any of the parties may submit the controversy to arbitration or to the Judiciary, as the case may be. However, the Decision will remain binding and must be enforced until the arbitral tribunal or the Judiciary decides otherwise

§3° Failure to comply with a Decision will result in the relevant contractual and legal effects.

Art. 7 There are two types of Committee, permanent or ad hoc. In the absence of a choice expressed by the parties, the Committee will be permanent.

Art. 8 The parties may at any time agree to the extinction of the Committee, provided that they do so together and expressly.

§1° The request for installation of the Standing Committee, unless specifically agreed by the parties, must be submitted within 60 (sixty) days after the date of conclusion of the contract, regardless of the existence of controversy.

§2° The Standing Committee will be extinguished after all controversies submitted to it have been resolved and the execution of all contractual obligations ends (with the exception of guarantee periods, confidentiality obligations and the like).

Art. 9 The application for the installation of an ad hoc Committee must be submitted by either party to address specific disputes. The ad hoc Committee will be extinguished after the issuance of its Final Provision and eventual response to a request for clarification.

Single paragraph. Unless otherwise agreed by the parties, the members of the ad hoc Committee will be automatically reappointed to resolve a possible new dispute.

CHAPTER III - INSTALLATION

Art. 10 Anyone over 21 (twenty-one) years of age, who is independent and impartial, may be a member of the Committee.

§1° When appointed, the Committee Member shall inform the parties and other Committee Members in writing of any facts or circumstances that may give rise to justified doubts as to their independence and impartiality.

§2° If, during the exercise of his functions, facts or circumstances arise that give rise to doubts about his independence and impartiality, the Committee Member

must immediately inform such facts and circumstances in written communication addressed to the parties and the other Members of the Committee.

§3° Any party may challenge a Member of the Committee based on an alleged lack of independence or impartiality, provided that it does so, within 7 (seven) days, from the indication of the Committee Member or from the knowledge of the referred facts or circumstances. the impediment or suspicion, by means of a duly substantiated request, addressed to the President of CAMACAN LATAM, who will definitively decide the matter.

§4° Committee Members may not act in judicial, arbitration or similar proceedings related to controversy submitted to the Committee, either as an arbitrator, expert, technical assistant, legal representative of a party or consultant, unless otherwise agreed by the parties or as a result of legal determination.

Art. 11 The party interested in constituting a Committee must notify CAMACAN LATAM within the period established in article 8, in cases of Standing Committee, or as provided for in article 9, in cases of ad hoc Committee.

Art. 12 In the absence of agreement on the number of Members of the Committee, the Committee will consist of 3 (three) members.

Single paragraph. In the Committee composed of 3 (three) members, each party will appoint 1 (one) Member of the Committee within 7 (seven) days. These will jointly appoint the Chairman of the Committee also within 7 (seven) days. In the event of the absence of nomination by any Member of the Committee, the respective appointment will be the responsibility of the President of CAMACAN LATAM.

Art. 13 The Chairman of the Committee must have legal training and, preferably, experience in conducting self-composed methods of conflict resolution.

Single paragraph. In case of non-compliance with his duties, the President of CAMACAN LATAM may replace the Committee Member.

Art. 14 When a Member of the Committee is replaced, the nomination of the substitute shall observe the same rules as his nomination. When the Committee is composed of 3 (three) or more members and 1 (one) of them is replaced, the others will remain in the exercise of their functions, with all acts performed before the replacement being valid.

Single paragraph. Unless the parties expressly express otherwise, hearings and the issuance of Recommendations and Decisions will be postponed until the replacement of the Committee Member.

CHAPTER IV - OPERATION

Art. 15 The Committee and the parties, when signing the Term of the Dispute Prevention and Resolution Committee, will define the way in which the Committee will monitor the execution of the contract, including the provision of periodic reports, technical visits to the place of execution, meetings with the parties and other forms

deemed appropriate. In case of omission, the Committee will define them and submit them to the parties. These rules may be modified in the course of the contract, by consensus between the parties and the Committee's agreement, to meet the evolution of its execution. The Committee may, justifiably, make extraordinary visits to the place of execution, request documents or designate extraordinary meetings. At the recommendation of the Committee, the CAMACAN LATAM Secretariat may prepare minutes of visits to the place of execution and meetings held by the Committee and with the parties.

§1° The CAMACAN LATAM Secretariat will provide a place or virtual environment of common access to the parties and the Committee ("Virtual Environment").

§2° All Information and Documents established by the parties and by the Committee will be posted by the parties in the Virtual Environment, within the terms and formats provided for in Article 15 of these Regulations.

§3° Within a minimum period of 10 (ten) days prior to each Regular Meeting, or 48 (forty-eight) hours prior to each Extraordinary Meeting, the parties shall inform the CAMACAN LATAM Secretariat, by email, of the items to be included in the agenda and forward any documents related to the topics. The CAMACAN LATAM Secretariat, immediately after the deadline, will draft the Meeting Agenda and post it in the Virtual Environment, as well as any documents received, communicating to the parties and the Committee.

Art. 15 The parties, the Members of the Committee and the representative of the Secretariat of CAMACAN LATAM, together, will sign the Term of the Committee for the Prevention and Resolution of Disputes, with which the Committee considers itself installed.

Single paragraph. If the contract establishes a different number of members of the Committee or in case of difficulties, of any nature, for the installation of a Committee, it will be incumbent upon the President of CAMACAN LATAM, at the request of either party and, if possible, before hearing the other party, , decide as much as necessary for its proper installation.

Art. 16 The Committee and the parties will hold Ordinary Meetings, at intervals of about 60 (sixty) days, according to a calendar to be defined annually.

§1° The parties will inform the Committee on all matters in progress in the execution of the contract and submit to it all the subjects of dissent that have been included in the Agenda.

§2° The Committee will assist the parties to find a solution for each topic under discussion.

§3° The issues resolved during the Meeting will be recorded in Minutes.

§4° The parties may suspend the discussion of items on the Agenda, if they consider it possible to resolve them amicably after the Meeting, making this suspension appear in the Minutes. At the next meeting, the parties will inform the

Committee of the resolution or progress of the topic, the discussion of which has been suspended.

Art. 17 If the parties do not resolve the impasse during the Meeting or suspend their discussion, the Committee shall designate a deadline for the Requesting party to submit its Dispute Submission and any documents, as well as allow the Requested Party a period to submit a Response and any documents.

Art. 18 For the formation of its free conviction, the Committee may, at its discretion or at the request of the parties, request complementary documents, perform due diligence and determine the performance of technical evidence, hearing from representatives of the parties and / or witnesses and other measures that understands reasonable.

Art. 19 If, in the period between two Regular Meetings, an impasse arises whose solution, in the understanding of either party, cannot wait for the next Regular Meeting, the interested party may request the Committee, by means of an electronic message with a copy to the other party and the CAMACAN LATAM Secretariat, the holding of an Extraordinary Meeting within a period not exceeding 10 (ten) days from the request.

Single paragraph. The preparation, holding and progress of the Extraordinary Meeting will observe the procedures of the Regular Meetings (articles 17 to 19 of these Regulations).

Art. 20 In the case of an ad hoc Committee, the rules applicable to the Extraordinary Meeting will be observed, starting as soon as the installation procedure is concluded.

CHAPTER V - PROVEMENTS

Art. 21 Interlocutory resolutions and Final Provisions shall, as far as possible, be rendered unanimously or, failing this, by a majority of votes. Each Committee Member is entitled to 1 (one) vote. The Committee Member who eventually disagrees with the Final Provision will explain its reasons in writing.

Art. 22 The Final Provision must be rendered within a period of 30 (thirty) days from the date of the closing of the instruction or due diligence referred to in article 4.11 of these Regulations. Such term may be extended for another 15 (fifteen) days, at the Committee's discretion, in view of the complexity of the controversy.

Art. 23 The Final Provision must, objectively and concisely, contain:

- I. brief report of the controversy;
- II. summary of the procedure followed by the Committee;
- III. the grounds on which the Committee was based;
- IV. the Recommendation or Decision, as the case may be; and
- V. the date, place, and signature of all Committee Members.

Art. 24 If any Member of the Committee is unable or refuses to sign the Final Provision, the Chairman of the Committee shall certify such fact.

Art. 25 Any party may request the Committee to correct a formal error or to clarify any omission, doubt or contradiction of a Final Provision, within 10 (ten) days after receiving it.

§1° The Committee's response will be made within 10 (ten) days, and, if deemed appropriate, grant a period of 10 (ten) days for the counterparty to manifest itself.

§2° As from the date of submission of the request for clarification, the term mentioned in article 2.4 will automatically be suspended, which will run again on the date of receipt by the parties of the Committee's statement.

CHAPTER VI - FINAL PROVISIONS

Art. 26 Unless the parties agree, the Committee will be empowered to deliberate on all matters related to the applicable procedure and to take the necessary measures to fulfill its functions.

Art. 27 In the exercise of its functions, the Committee will act with independence, impartiality and will ensure equal treatment and contradiction to the parties.

Art. 28 The parties must act in good faith and collaborate with the Committee, responding to their requests to ensure the efficiency of the procedure.

Art. 29 The parties will be responsible for the costs related to the procedure, including transportation, accommodation and all the necessary means for the Committee to properly exercise its functions, under the terms of the specific cost table to be made available by CAMACAN LATAM.

Art. 30 Unless otherwise specified, the procedure is confidential, and the right to use it in judicial or arbitration proceedings related to the disputes submitted to the Committee is ensured.

Art. 31 It is incumbent upon the President of CAMACAN LATAM to apply and enforce the rules of this Regulation, aiming at resolving doubts and guiding their application, including regarding omitted cases

Art. 32 CAMACAN LATAM and persons linked to it are not responsible for any act or omission related to the Committee's activities.

Art. 33 This Regulation enters into force on the date of its dispatch, applying to the Prevention and Dispute Resolution procedures initiated before CAMACAN LATAM from the year 2021.



DISPUTE BOARDS REGULATION

CAPÍTULO I - DISPOSICIONES GENERALES

Art. 1 El Comité de Prevención y Resolución de Controversias de la Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana - CAMACAN LATAM, está conformado por especialistas para asistir a las partes de un contrato para resolver la controversia derivada de su ejecución.

Art. 2 El Comité no es un tribunal arbitral y su disposición final no produce los efectos de una sentencia dictada en procedimientos judiciales o arbitrales.

Art. 3 El sometimiento de controversia al Comité, que actuará conforme a las reglas de este reglamento, será contratado por las partes por escrito. Cuando sea elegido, este Reglamento pasa a ser parte integral del contrato y será obligatorio el sometimiento de cualquier controversia al Comité.

CAPÍTULO II - MODALIDADES DE COMITÉ

Art. 4 Hay dos tipos de Comité:

- I. Comité de Recomendación
- II. Comité de Decisiones. A falta de una elección expresada por las partes, el Comité será una Decisión.

Art. 5 El Comité de Recomendación emite recomendaciones a las partes con el fin de resolver una controversia que le haya sido sometida. El cumplimiento de la recomendación es vinculante para las partes, a menos que se rechace formalmente.

§1º notificar al Comité y a las demás partes, por escrito, dentro de los 15 (quince) días siguientes a la recepción de la Recomendación, justificando el rechazo ("Notificación de Rechazo"), así como su decisión. someter la disputa a Arbitraje o al Poder Judicial, según lo determine el contrato. En este caso, se suspenderá el cumplimiento de la Recomendación.

§2º La parte notificante deberá iniciar el procedimiento arbitral o judicial dentro de los 30 (treinta) días siguientes a la presentación de la Notificación de Rechazo. En caso contrario, cesará la suspensión prevista en el apartado 1 de este artículo y la Recomendación será vinculante e inmediatamente exigible.

§3º El incumplimiento de una Recomendación vinculante dará lugar a los efectos contractuales y legales correspondientes.

Art. 6 El Comité de Decisiones emite una decisión para resolver una controversia que se le somete. La Decisión es vinculante y ejecutable de inmediato.

§1º La Decisión podrá ser impugnada por las partes, mediante notificación al Comité y a las demás partes, por escrito, dentro de los 15 (quince) días siguientes a la recepción de la Decisión, fundamentando la impugnación ("Notificación de Insatisfacción").

§2º Cualquiera de las partes podrá someter la controversia a arbitraje o al Poder Judicial, según sea el caso. Sin embargo, la Decisión seguirá siendo vinculante y deberá ejecutarse hasta que el tribunal arbitral o el Poder Judicial decida lo contrario.

§3º El incumplimiento de una Decisión dará lugar a los efectos contractuales y legales correspondientes.

Art. 7 Hay dos tipos de Comités, permanentes o ad hoc. A falta de elección expresada por las partes, el Comité será permanente.

Art. 8 Las partes podrán acordar en cualquier momento la extinción del Comité, siempre que lo hagan de forma conjunta y expresa.

§1º La solicitud de instalación del Comité Permanente, salvo acuerdo expreso de las partes, deberá presentarse dentro de los 60 (sesenta) días siguientes a la fecha de celebración del contrato, independientemente de la existencia de controversia.

§2º La Comisión Permanente se extinguirá una vez resueltas todas las controversias que le sean sometidas y finalizado el cumplimiento de todas las obligaciones contractuales (con excepción de los plazos de garantía, obligaciones de confidencialidad y similares).

Art. 9 La solicitud de instalación de un Comité ad hoc debe ser presentada por cualquiera de las partes para abordar controversias específicas. El Comité ad hoc se extinguirá luego de la emisión de su Disposición Final y eventual respuesta a una solicitud de aclaración.

Párrafo único. A menos que las partes acuerden lo contrario, los miembros del Comité ad hoc serán automáticamente reelegidos para resolver una posible nueva disputa.

CAPITULO III - INSTALACION

Art. 10 Podrá ser miembro del Comité cualquier persona mayor de 21 (veintiún) años, que sea independiente e imparcial.

§1º En el momento de su designación, el Miembro del Comité informará por escrito a las partes y demás Miembros del Comité de cualquier hecho o

circunstancia que pueda suscitar dudas justificadas sobre su independencia e imparcialidad.

§2º Si durante el ejercicio de sus funciones surgen hechos o circunstancias que susciten dudas sobre su independencia e imparcialidad, el Miembro del Comité deberá informar inmediatamente dichos hechos y circunstancias en comunicación escrita dirigida a las partes y a los demás Miembros del Comité. .

§3º Cualquiera de las partes podrá impugnar a un miembro del Comité con base en una supuesta falta de independencia o imparcialidad, siempre que lo haga, dentro de los 7 (siete) días, a partir de la indicación del Miembro del Comité o del conocimiento de dichos hechos o circunstancias que generen el impedimento o sospecha, mediante solicitud debidamente fundamentada, dirigida al Presidente de CAMACAN LATAM, quien decidirá definitivamente el asunto.

§4º Los miembros del Comité no podrán actuar en procedimientos judiciales, arbitrales o similares relacionados con controversias sometidas al Comité, ya sea como árbitro, perito, asistente técnico, representante legal de una parte o consultor, salvo acuerdo en contrario de las partes o como resultado una determinación legal.

Art. 11 El interesado en constituir un Comité deberá notificar a CAMACAN LATAM dentro del plazo establecido en el artículo 8, en el caso del Comité Permanente, o según lo dispuesto en el artículo 9, en el caso de un Comité ad hoc.

Art. 12 A falta de acuerdo sobre el número de miembros del Comité, el Comité estará integrado por 3 (tres) miembros.

Párrafo único. En el Comité compuesto por 3 (tres) miembros, cada parte nombrará 1 (un) Miembro del Comité dentro de los 7 (siete) días. También nombrarán conjuntamente al Presidente del Comité dentro de los 7 (siete) días. En caso de ausencia de nominación por parte de algún Miembro del Comité, la respectiva designación será responsabilidad del Presidente de CAMACAN LATAM.

Art. 13 El Presidente de la Comisión deberá tener formación jurídica y, preferentemente, experiencia en la conducción de métodos de resolución de conflictos autoinstituidos.

Párrafo único. En caso de incumplimiento de sus funciones, el Presidente de CAMACAN LATAM podrá reemplazar al Miembro del Comité.

Art. 14 Cuando un miembro del Comité sea reemplazado, la nominación del suplente se regirá por las mismas reglas que su nominación. Cuando el Comité esté integrado por 3 (tres) o más miembros y 1 (uno) de ellos sea reemplazado, los demás permanecerán en el ejercicio de sus funciones, siendo válidos todos los actos realizados antes de la sustitución.

Párrafo único. Salvo que expresamente las partes expresen lo contrario, las audiencias y la emisión de Recomendaciones y Decisiones se pospondrán hasta la sustitución del Miembro del Comité.

Art. 15 Las partes, los miembros del Comité y el representante de la Secretaría de CAMACAN LATAM, conjuntamente, firmarán el Término del Comité para la Prevención y Resolución de Controversias, con el cual el Comité se considera instalado.

Párrafo único. Si el contrato establece un número diferente de Integrantes del Comité o en caso de dificultades, de cualquier naturaleza, para la instalación de un Comité, corresponderá al Presidente de CAMACAN LATAM, a solicitud de cualquiera de las partes y, de ser posible, antes de escuchar a la otra parte, decide tanto como sea necesario para su correcta instalación.

CAPITULO V - PROVEMENTOS

Art. 16 El Comité y las partes, al suscribir el Término del Comité de Prevención y Resolución de Controversias, definirán la forma en que el Comité dará seguimiento a la ejecución del contrato, incluyendo la provisión de informes periódicos, visitas técnicas al lugar de ejecución, reuniones con las partes y otras formas que estime oportunas. En caso de omisión, el Comité los definirá y los presentará a las partes. Estas reglas podrán ser modificadas en el transcurso del contrato, por consenso entre las partes y acuerdo del Comité, para atender la evolución de su ejecución. El Comité podrá, justificadamente, realizar visitas extraordinarias al lugar de ejecución, solicitar documentos o designar reuniones extraordinarias. A recomendación del Comité, la Secretaría de CAMACAN LATAM podrá elaborar actas de visitas al lugar de ejecución y reuniones que celebre el Comité y con las partes.

§1º La Secretaría de CAMACAN LATAM brindará un lugar o ambiente virtual de acceso común a las partes y al Comité (“Ambiente Virtual”).

§2º Toda la Información y Documentos que establezcan las partes y el Comité serán colocados por las partes en el Entorno Virtual, en los términos y formatos previstos en el artículo 15 de este Reglamento.

§3º En un plazo mínimo de 10 (diez) días antes de cada Reunión Ordinaria, o 48 (cuarenta y ocho) horas antes de cada Reunión Extraordinaria, las partes informarán a la Secretaría de CAMACAN LATAM, por correo electrónico, los puntos a incluirse en el orden del día y remitir los documentos relacionados con los temas. La Secretaría de CAMACAN LATAM, inmediatamente después de la fecha límite, redactará la Agenda de la Reunión y la publicará en el Ambiente Virtual, así como los documentos recibidos, comunicando a las partes y al Comité.

Art. 17 El Comité y las partes celebrarán Reuniones Ordinarias, a intervalos de aproximadamente 60 (sesenta) días, de acuerdo con un calendario que se definirá anualmente.

§1º Las partes informarán al Comité de todos los asuntos que se encuentren en curso en la ejecución del contrato y le someterán todos los sujetos objeto de disenso que hayan sido incluidos en el Orden del Día.

§2º El Comité ayudará a las partes a encontrar una solución para cada tema en discusión.

§3º Los temas resueltos durante la Reunión serán registrados en Acta.

§4º Las partes podrán suspender la discusión de los puntos del Orden del Día, si consideran posible resolverlos amistosamente después de la Reunión, haciendo constar esta suspensión en el Acta. En la próxima reunión, las partes informarán al Comité de la resolución o avance del tema, cuya discusión ha sido suspendida.

Art. 18 Si las partes no resuelven el impasse durante la Reunión o suspenden su discusión, el Comité designará un plazo para que la Parte Solicitante presente su Presentación de Controversias y cualquier documento, así como también otorgará a la Parte Requerida un período para presentar una Respuesta y cualquier documento.

Art. 19 Para la formación de su libre condena, el Comité podrá, a su discreción o a solicitud de las partes, solicitar documentos adicionales, realizar la debida diligencia y determinar la realización de prueba técnica, escuchando a los representantes de las partes y / o testigos y otras medidas que se consideren apropiadas.

Art. 20 Si en el lapso entre dos Reuniones Ordinarias se presenta un callejón sin salida cuya solución, a juicio de cualquiera de las partes, no puede esperar a la próxima Junta Ordinaria, el interesado podrá solicitar a la Comisión, mediante mensaje electrónico con un copia a la otra parte y al Secretariado de CAMACAN LATAM, la realización de una Reunión Extraordinaria en un plazo no mayor a 10 (diez) días contados a partir de la solicitud.

Párrafo único. La preparación, celebración y desarrollo de la Reunión Extraordinaria se regirá por los procedimientos de las Reuniones Ordinarias (artículos 17 al 19 de este Reglamento).

Art. 21 En el caso de un Comité ad hoc, se observarán las reglas aplicables a la Reunión Extraordinaria, comenzando tan pronto como concluya el procedimiento de instalación.

CHAPTER V - PROVEMENTS

Art. 22 Las resoluciones interlocutorias y las disposiciones finales se dictarán, en la medida de lo posible, por unanimidad o, en su defecto, por mayoría de votos. Cada miembro del comité tiene derecho a 1 (un) voto. El Miembro del Comité que eventualmente no esté de acuerdo con la Disposición Final explicará sus razones por escrito.

Art. 23 La Disposición Final deberá ser dictada en el plazo de 30 (treinta) días contados a partir de la fecha de cierre de la instrucción o diligencia debida a que se

refiere el artículo 4.11 de este Reglamento. Dicho plazo podrá ser prorrogado por otros 15 (quince) días, a criterio del Comité, dada la complejidad de la controversia.

Art. 24 La Disposición Final deberá contener, de forma objetiva y concisa:

- I. breve informe de la controversia;
- II. resumen del procedimiento seguido por el Comité;
- III. los cimientos sobre los que se basó el Comité;

- IV. la Recomendación o Decisión, según sea el caso; y
- V. la fecha, lugar y firma de todos los miembros del Comité.

Art. 25 Si algún Miembro del Comité no puede o se niega a firmar la Disposición Final, corresponderá al Presidente del Comité certificar este hecho.

Art. 26 Cualquiera de las partes podrá solicitar al Comité que corrija un error formal o aclare cualquier omisión, duda o contradicción en una Disposición Final, dentro de los 10 (diez) días posteriores a su recepción.

§1º La respuesta del Comité se dará dentro de los 10 (diez) días y, si se estima conveniente, otorgará un plazo de 10 (diez) días para que la contraparte se manifieste.

§2º A partir de la fecha de presentación de la solicitud de aclaración, se suspenderá automáticamente el plazo mencionado en el artículo 2.4, que volverá a correr en la fecha de recepción por las partes de la declaración del Comité.

CAPÍTULO VI - DISPOSICIONES FINALES

Art. 27 Salvo acuerdo de las partes, el Comité estará facultado para deliberar sobre todos los asuntos relacionados con el procedimiento aplicable y tomar las medidas necesarias para el cumplimiento de sus funciones.

Art. 28 En el ejercicio de sus funciones, el Comité actuará con independencia, imparcialidad y garantizará la igualdad de trato y el trato contradictorio de las partes.

Art. 29 Las partes deberán actuar de buena fe y colaborar con el Comité, respondiendo a sus solicitudes para asegurar la eficiencia del procedimiento.

Art. 30 Las partes serán responsables de los costos relacionados con el trámite, incluyendo transporte, hospedaje y todos los medios necesarios para que el Comité pueda ejercer adecuadamente sus funciones, en los términos de la tabla de costos específicos que pondrá a disposición de CAMACAN LATAM.

Art. 31 Salvo que se especifique lo contrario, el procedimiento es confidencial y se asegura el derecho a utilizarlo en procedimientos judiciales o arbitrales relacionados con las controversias sometidas al Comité.

Art. 32 Corresponde al Presidente de CAMACAN LATAM aplicar y hacer cumplir las normas de este Reglamento, con el objetivo de resolver dudas y orientar su aplicación, incluso en los casos omitidos.

Art. 33 CAMACAN LATAM y las personas vinculadas a ella no son responsables de ningún acto u omisión relacionado con las actividades del Comité.

Art. 34 Este Reglamento entra en vigencia en la fecha de su emisión, aplicándose a los procedimientos de Prevención y Resolución de Controversias iniciados ante CAMACAN LATAM a partir de marzo de 2021.